



Desmedida do capital, seletividade neoliberal e subjetivação totalitária

Mismeasure of capital, neoliberal selectivity and totalitary subjectivity

Gustavo Moura de Cavalcanti Mello¹

RESUMO:

De modo a contribuir com o debate crítico sobre os limites e a voracidade imanentes às formas contemporâneas de reprodução social capitalista, este artigo busca articular três esforços. O primeiro consiste em expor conceitualmente a natureza desmedida do capital, retomando sucintamente algumas das maneiras como essa categoria aparece ao longo da exposição de *O Capital* de Karl Marx. Considerando a expressão dessa desmedida na intensificação da exploração e na precarização das condições de reprodução da população trabalhadora, bem como na tendência ao seu alijamento relativo – e mesmo absoluto – da produção, discute-se na sequência a *seletividade* neoliberal e a afirmação da concorrência como nexos sociais por excelência e como horizonte insuperável de existência. A partir daí, considera-se alguns efeitos dessa barbarização das relações de trabalho sobre os atuais processos de subjetivação, com destaque para a discussão acerca da indiferença e da banalização da injustiça social.

PALAVRAS-CHAVE: desmedida do capital; neoliberalismo; processos de subjetivação; banalização da injustiça social.

ABSTRACT:

In order to contribute to the critical debate about the limits and voracity inherent to contemporary forms of capitalist social reproduction, this article seeks to articulate three efforts. The first consists of conceptually exposing the mismeasured nature of capital, briefly resuming some of the ways in which this category appears throughout the exposition of Capital. Considering the expression of this mismeasure in the intensification of exploitation and the precariousness of the reproduction conditions of the working population, as well as the tendency towards their relative – and even absolute – jettisoning of production, the following discussion deal with neoliberal selectivity and the affirmation of competition as a social nexus par excellence and as an insurmountable horizon of existence. From there, some effects of this barbarization of work relations on the current processes of subjectivation are considered, with emphasis on the discussion about the indifference and trivialization of social injustice.

¹ Doutor em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Política Social, ambos da UFES. E-mail: gusmcmello@yahoo.com.br



KEYWORDS: *mismeasure of capital; neoliberalism; subjectivation processes; trivialization of social injustice.*

Introdução

Não faz muito que os ideólogos do capital se jactavam de seu domínio mundial, supostamente incontestável, como se se tratasse de uma segunda natureza. A compreensão da marcha triunfal da acumulação global como um progresso da barbárie, bem como os alertas sobre seus efeitos destrutivos e seus limites imanentes estavam restritos a pequenos círculos críticos, marginais e recalcitrantes. Hoje essa consciência se disseminou, mas de modos francamente mistificados. Surgem aí elucubrações sobre os efeitos perniciosos de uma abstrata ação antrópica, esvaziadas de sua singularidade histórica e de seu caráter de classe, bem como quiméricas soluções reformistas, que buscam fazer da devastação capitalista uma imensa oportunidade de negócios. Ou ainda perspectivas apocalípticas, que alimentam adesões cínicas ou acuadas ao existente, em meio a um verdadeiro salve-se quem puder.

Diante da névoa com que tais concepções encobrem os dilemas impostos pela sobrevivência capitalista, parece importante resgatar alguns ensinamentos da crítica da economia política sobre a natureza e as tendências imanentes do desenvolvimento capitalista. A próxima sessão expressa esse esforço, ao tratar da natureza desmedida do capital, em busca de aportes conceituais para a compreensão de fenômenos sociais contemporâneos. Nas sessões seguintes, a produção da superpopulação relativa e o acirramento da exploração e da espoliação do trabalho servem de pano de fundo para a compreensão do espraiamento das ideologias do empreendedorismo, do individualismo e da concorrência como suposto fundamento das práticas e interações sociais em sociedades complexas, que conformam o *éthos* neoliberal. Em acréscimo, são considerados alguns impactos da barbarização das relações de trabalho e da vida social como um todo nos processos contemporâneos de subjetivação e na banalização do sofrimento social.

O capital como contradição em processo



No primeiro volume de *O Capital*, Marx mobilizou a categoria de desmedida em momentos decisivos, a começar pelo mau infinito da acumulação que se revela a partir da análise do dinheiro como forma de existência do capital. Em termos quantitativos, o capital enquanto dinheiro é sempre um *quantum* limitado, mas em sua dimensão qualitativa, esse limite não existe. Essa contradição impele o *entesourador* ao “trabalho de Sísifo da acumulação. Acontece a ele como ao conquistador do mundo, que com cada novo país somente conquista uma nova fronteira (Marx, 1996, t.1, p. 253).

Ademais, para existir o capital precisa se reproduzir em escala ampliada, e cada montante de capital é um limite à sua existência, precisando ser convertido em barreira a ser superada; por conseguinte, o capital põe-se enquanto medida de si mesmo, por meio da incessante desmedida. Novamente nas palavras de Marx (1993, p. 334), “o capital, pois, como representante da forma universal da riqueza – o dinheiro – constitui o impulso desenfreado e desmedido de ultrapassar suas próprias barreiras”. Essa dialética da conversão de limites em barreiras a serem superadas é distintiva do capital; em formações sociais pretéritas, a afirmação de formas abstratas de riqueza exercia um *efeito dissolvente*, afigurando-se como uma barreira insuperável para o conjunto de relações sociais baseadas em formas de dominação de cunho pessoal, patriarcal ou religioso.

Em sua sede acumulativa, o capital tende a reduzir os salários ao mínimo, e a estender a duração das jornadas de trabalho e a sua intensidade ao máximo, o que foi potencializado pelo advento da grande indústria, em que o capital engendrou uma base material adequada ao seu conceito, dando origem ao que Marx designava por “modo de produção, especificamente, capitalista”. Lançou-se assim, contra a população trabalhadora, “um assalto desmedido e violento como uma avalanche. Toda barreira interposta pela moral e pela natureza, pela idade ou pelo sexo, pelo dia e pela noite foi destruída” (Marx, 1996, t.1, p. 391).

Assim, à falta de freios impostos sobretudo pela organização dos trabalhadores, gerações inteiras são predadas mesmo nos países capitalistas centrais, o que já revela a



natureza vampiresca e genocida do capital². É por esse motivo que Marx apresenta o capital como trabalho morto, já objetivado, que se vivifica ao sugar trabalho vivo, em obediência a seu “único impulso vital, o impulso de valorizar-se” (Marx, 1996, t.1, p. 347). Porém o caráter devastador do capital também incide, desde sempre, sobre a natureza, de tal modo que, seja no campo ou na cidade, o avanço do capital se dá “mediante a devastação e o empestamento da própria força de trabalho”, mas também mediante o progresso “na arte de saquear o solo, pois cada progresso no aumento da fertilidade por certo período é simultaneamente um progresso na ruína das fontes permanentes dessa fertilidade” (Marx, 1996, t. 2, p. 133).

Aqui é bastante elucidativo o resgate do mito de Erisícton por Anselm Jappe (2019), no livro *A Sociedade Autofágica*. Erisícton era filho de Tríopas, que se tornou rei da Tessália depois de ter expulsado os pelásgios, seus habitantes autóctones. Estes haviam consagrado à Deméter, deusa das colheitas, um bosque que tinha no centro uma exuberante árvore sagrada, à sombra da qual reuniam-se as dríades, ninfas das florestas. Em sua cega arrogância, Erisícton via ali mera fonte de recursos para seu castelo em construção, e deu ordem a seus servos para derrubarem a árvore, ignorando os apelos da própria deusa, disfarçada de sacerdotisa. Diante da hesitação dos servos, Erisícton teria ele próprio empunhado um machado, decapitado um de seus homens, e derrubado a árvore sagrada. Como punição, foi-lhe enviada a própria Fome, que lhe penetrou o corpo, de modo que quanto mais ele comia, menos saciado ficava. Tendo predado todos os recursos de seu reino, alimentando uma voracidade incontrolável, Erisícton finalmente devorou-se a si próprio.

De acordo com a argumentação de Jappe (2019), no prólogo de seu livro, Erisícton seria a representação do narcisista, que aprisionado ao interesse egoísta despreza a beleza, as tradições, as crenças, e nega qualquer dignidade ao mundo que o cerca, com o qual só logra estabelecer relações instrumentais e de predação, sendo eventualmente lembrado da *primazia do objeto* da forma trágica. Algo semelhante ao vício da *pleonexia* de que falava Platão, o desejo ilimitado por poder, posses, fruição. Tal

² Ou ainda, “em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por mais-trabalho, o capital atropela não apenas os limites máximos morais, mas também os puramente físicos da jornada de trabalho” (Marx, 1996, t.1, p. 378-379).



disposição, e daí a atualidade do mito, refletiria a própria natureza do capital, sua sede desmedida por mais-valia, a finalidade sem fim da valorização, a insaciabilidade, o utilitarismo, a atitude senhorial, e seu caráter autofágico, em suma.

Considere-se ainda outra acepção da natureza desmedida do capital, a que advém do fato de este ter por substância o trabalho abstrato objetivado no decorrer do processo produtivo, mas que ao mesmo tempo a negar - e a si próprio -, a cada revolução que opera no processo produtivo, em sua sede desmedida por mais-valia relativa. Processo esse que, diga-se de passagem, foi catapultado nas últimas décadas com as chamadas terceira e quarta revoluções industriais, e suas inovações no campo da informática, telemática, microeletrônica, nano e biotecnologia, robótica, inteligência artificial etc., que por um lado estendem a subsunção real do trabalho ao capital a campos outrora a ela irreduzíveis, e por outro incrementam fortemente a composição orgânica do capital (a proporção entre capital constante e variável), e alijam do processo produtivo grandes contingentes de trabalhadores.

Escrevendo em meados dos anos 1930, Walter Benjamin (2017, p. 65) contrapõe uma “primeira técnica”, fundida com o ritual e a serviço da magia, que tende a “empregar o ser humano o máximo” possível, a uma “segunda técnica”, que marca o distanciamento entre homem e natureza, e que se baseia no “experimento” e nas “variações incansáveis dos procedimentos de teste”, tendo por objetivo reduzir ao mínimo o emprego humano. Referendando a análise marxiana sobre a subsunção real do trabalho ao capital, diz ele que, “em certo sentido, podemos considerar o ato máximo da primeira técnica como sendo o sacrifício humano; o da segunda encontra-se no horizonte dos aviões de controle remoto, que dispensam tripulação” (Benjamin, 2017, p. 62).

Günther Anders (2011, p. 32), por sua vez, apontaria que a quarta revolução tecnocientífica teria a inclinação a “tornar supérfluo o homem, ou seja, a substituir o trabalho pelo automatismo dos aparatos”. Em suas palavras, “uma característica essencial do que a atual fase da revolução industrial denomina de ‘racionalização’ é liquidarmo-nos enquanto homens *fabros*; provocar uma situação em que o trabalho seja cada dia mais raro e inusual” (Anders, 2011, p. 33).



Voltando à obra marxiana, a tendência ao aumento da composição orgânica – ao aumento da proporção entre trabalho morto e trabalho vivo, entre capital constante e capital variável - expressa-se, em um nível mais concreto da exposição, na desmedida que redundava da contraposição entre duas formas de medida do capital, a taxa de mais-valia, que tende a se elevar, e a taxa de lucro, que tende a declinar. A desmedida do capital, por conseguinte, expressa aqui a impossibilidade de o capital converter seus limites em barreiras, o que está na base das crises de sobreacumulação e de seu caráter crescentemente disruptivo. Em última análise, o capital “reduz o tempo de trabalho a um mínimo, enquanto põe, por outro lado, o tempo de trabalho como única medida e fonte de riqueza” (Marx, 1993, p. 706). Quanto mais aguda essa contradição, e quanto mais combatida as forças que lhe antagonizam, mais desmedido e destrutivo torna-se o capital, acirrando seu caráter espoliador, diante do qual nem remotamente se observa o sempre precário princípio da troca de equivalentes – invólucro formal da exploração.

Por fim, porém muito longe de esgotar essa análise, a desmedida do capital também pode ser relacionada à autonomização das formas funcionais, e à crescente tendência à apropriação da riqueza social na forma de juros, dividendos, ganhos de capital, e nas diversas modalidades da renda. É possível situar nessa chave a profusão do capital portador de juros e do capital fictício, cuja magnitude aumentou de forma exponencial nas últimas décadas, não por coincidência caracterizadas por uma crise crônica de sobreacumulação de capital.

O fenômeno é, também ele, complexo e multifacetado, porém, nesse contexto, como era de se esperar, a primazia da dimensão fictícia da acumulação pode ser entendida como uma expressão das contradições do capital, como um meio de contorná-las, temporariamente, mas também como uma decisiva fonte de sua agudização. As crescentes exigências de remuneração impostas pelo capital portador de juros e pelo capital fictício, altamente centralizados e imediatistas, tende a reforçar a natureza espoliadora do capital, o que inclui a precarização do trabalho e o aumento das taxas de exploração (Mello; Nakatani, 2021).

Não é à toa que na atual etapa de existência do capitalismo, vê-se emergir fenômenos que caracterizaram o período de consolidação da grande indústria, nos idos



dos séculos XVIII e XIX, e mesmo da acumulação original ou primitiva, que lhe antecedeu, e que por conseguinte correspondem ao conceito de capital. No que tange à época do soerguimento do capital sobre seus próprios pés, como visto há pouco, gerações inteiras de trabalhadores foram massacradas pela miséria, insalubridade e jornadas de trabalho física e mentalmente insuportáveis. Nalguns países e em certos contextos históricos, de modo mais ou menos geral - mas sempre mantendo certo grau marginalização de parcelas da população -, essa tendência foi refreada por direitos e políticas sociais, e mesmo por certos arranjos institucionais que, garantiam maior poder de consumo a determinadas categorias de trabalhadores - alimentando uma visão mítica, nostálgica e recalcitrante de uma “era de ouro” do capitalismo.

Porém, reprimida a vaga revolucionária do final dos anos 1960 e início dos 1970, e estancada a expansão soviética, num contexto de renovada transnacionalização produtiva, em que foram criadas cadeias industriais dispersas por vários países, e se incrementou fortemente a mobilidade internacional do capital, sobretudo em suas formas fictícias, o que se viu nas últimas décadas foi o progressivo desmonte desses precários mecanismos de mitigação da voracidade do capital. Em meio a um processo catapultado pelas tecnologias de informação, pelas ditas plataformas digitais, e que tais, enquanto vastos contingentes populacionais foram alijados dos processos produtivos em meio ao avanço da automação, em outros espaços geográficos e em outros ramos da produção centenas de milhões de pessoas foram subsumidas realmente ao capital sob desmedidos regimes de exploração, em formas convencionais, mas também em formas transfiguradas e atualizadas de *putting-out system*, de salário por peças, entre outros, como é o caso da chamada uberização ou plataformização do trabalho.

Duas das dimensões fundamentais dessa barbarização do mercado de trabalho, que exige dos indivíduos a concatenação de intensa mobilização e submissão, incutindo-os a lógica da concorrência desenfreada como norma de conduta nas mais diversas instâncias da vida (Dejours, 2006), são as dinâmicas de avaliação e de seleção e a universalização do “trabalho sujo”.



Seletividade neoliberal e patologização do sofrimento

Os “campos de concentração, a expressão mais acabada do totalitarismo”, argumenta Lasch (1986, p. 95), “buscam não tanto explorar o trabalho de uma população cativa quanto fornecer a mais vívida demonstração de sua dispensabilidade”. Em sentido semelhante, Hannah Arendt (*apud* Viana, 2013, p. 63) destacara que os campos operam por meio de “uma seleção permanente que não pode parar, e que exige a constante radicalização dos critérios pelos quais é feita a seleção, isto é, o extermínio dos ineptos”.

Sem buscar equiparar ou comparar essas distintas realidades, a atual dinâmica concorrencial seria atravessada por um imperativo similar, conforme Sílvia Viana (2013, p. 63-64), de forma que, no mundo empresarial, “a permanência do movimento é tarefa paradoxal, solucionada mediante à prática da seleção”. Mais do que isso, há de se conciliar diversos objetivos: fazer crer que os indivíduos são mônadas herméticas, autossuficientes e indiferentes entre si; e que a sociedade é uma ilusão, ou mera expressão da ação dessas mônadas, afetando-se entre si apenas exteriormente. Que, por conseguinte, é quimérica a existência de classes ou de quaisquer clivagens sociais estruturais, de modo que a liberdade *realmente existente* não é a do sujeito automático - sobrando aos seus portadores apenas o invólucro formal que mal dissimula a escravidão, exploração e opressão. Ao contrário, tal liberdades seria própria e inerente aos indivíduos, alçados a uma condição pretensamente demiúrgica. E seria própria a eles não somente na condição de proprietários de mercadorias, mas de “capitais humanos” ambulantes, “colaboradores” e “empreendedores de si mesmos”, independente do lugar que ocupam na reprodução social³.

Como corolário, há de se assumir que o destino de cada um é decidido exclusivamente por suas pretensas aptidões e seu engajamento individual permanente, pela disposição a se moldar às cambiantes injunções do mercado de trabalho, cada vez mais desigual e arbitrário, pela capacidade de submeter cada âmbito da existência à

³ Ainda na primeira metade da década de 1980, Lasch (1986, p. 38) iria identificar a emergência de um novo estilo de controle autoritário, que tratava o trabalhador “como sócio na empresa e procurava dar a ele um sentido de pertencer àquela”.



ponderação de supostos custos e benefícios, e pela habilidade oportunista de reduzir tudo ao redor à condição de instrumento de realização de seu autointeresse. A vida familiar, as relações amorosas e sexuais, as amizades, os estudos, os perfis em redes sociais, tudo é submetido ao princípio da concorrência e ao fantasioso investimento em seu próprio capital humano (Dardot; Laval, 2016, p. 345-346), um *nonsense* fetichista, que chancela a concepção reificada de humanidade, e dissimula a natureza do capital, um plexo de relações sociais baseadas na exploração e nela a dominação. Dessa forma, sustenta Viana (2019, p. 25), “não somos mais mercadorias, somos capitais humanos ambulantes, atirados e autoatirados em uma roda dos enjeitados na qual ‘dentro’ e ‘fora’ formam um *continuum* sem fim”. Estaria em jogo aí apenas a seleção negativa dos que devem ser eliminados, uma vez que “o descarte pressuposto dispensa seus critérios que, por isso mesmo, tornam-se uma obsessão maníaca corporificada pelas avaliações permanentes. Não se sabe o que ou como, mas é obrigatório que se cumpra”.

Não por acaso, como analisa Silva Viana em sua tese doutoral, um dos principais produtos da indústria cultural contemporânea é justamente os tais *realities show*, que em muitos casos envolvem algum tipo de competição esdrúxula em que os próprios espectadores são responsáveis por selecionar aqueles que serão eliminados, em meio a arbitrários *rituais de sofrimento* plenos de crueldade e humilhações. A lógica aí imperante é aquela que impera no espaço produtivo, e em seu momento de não trabalho os indivíduos se engajam em chafurdá-la, introjetando-a e naturalizando-a. Afinal, “o espetáculo da realidade se estrutura como uma seleção desprovida de critérios, uma meritocracia sem mérito, uma punição sem aparência de justiça” (Viana, 2013, p. 97).

Nessa terra arrasada, o imperativo abstrato do gozo e da felicidade – uma contradição em termos - completam o quadro totalitário, em que viver é consumir e ostentar. Como percebera Adorno (1993, p. 53) nos idos de 1950, “é próprio do mecanismo de dominação impedir o conhecimento do sofrimento que provoca, e há um caminho direto desde o evangelho da alegria de viver até à instalação de matadouros humanos”.



O pressuposto para a reprodução dessa dinâmica no presente é a articulação entre o convencimento universal de que concorrência desmedida e o cálculo utilitário constituem o fundamento e o horizonte último da existência, e a destruição violenta de qualquer sociabilidade alternativa. Aos indivíduos, demanda-se reiteradas e cabais provas de subserviência e de conformismo, apresentadas como pressuposto da mais elementar sobrevivência. Há de se calar, assim, qualquer lampejo de solidariedade, qualquer senso de responsabilidade coletiva, e elevar o embrutecimento, a indiferença e o ressentimento à condição de leis universais, que vigoram em todas as dimensões da vida social.

Não obstante, em um contexto assim agônico e bárbaro, a frustração é certa, e até mesmo exigida por um sistema que institui uma guerra de todos contra todos, e em que, segundo as próprias peças de autoajuda empresarial – os manuais de “recursos humanos” –, a vida profissional mais se assemelha a uma escada rolante que puxa para trás, cheia de obstáculos (Viana, 2015, p. 94). Um dos resultados dessa lógica é a sempre renovada discriminação entre as parcelas da população constituídas por lixo apenas potencial, que logram provisoriamente *se reciclar* enquanto força de trabalho, e o “lixo orgânico”, fadado a ser alvo de políticas assistenciais e da necropolítica (Viana, 2013, p. 48).

Como não podia deixar de ser, em tal contexto, os sofrimentos inelutáveis, patologizados, dão azo às pandemias de depressão, de transtornos de ansiedade, entre outras, e fazem escalar as taxas de suicídios, mesmo entre jovens e crianças. Afinal, ao positivar sua condição de mero suporte da forma capital, ao ser expropriado até mesmo do sentido de estranhamento que corresponde a esta reificação, imaginando-se demiurgo do real e senhor absoluto de seu destino, ao indivíduo premido pela insuficiência, pela disfuncionalidade e pela inibição, só resta projetar contra si, ou contra inimigos postiços, tudo aquilo que na realidade nega essa visão de mundo delirante e maníaca.

Desnecessário repetir que se trata de um terreno fértil para o fascismo ou coisa que o valha. Não pode haver surpresa, portanto, quando, num contexto de pandemia, essa adesão fatalista ao atual estado de coisas, da qual depende a subsistência



individual, adquire um caráter genocida e suicidário. Como dissera e repetira o vice-governador do Texas, opositor das medidas de isolamento social em resposta à pandemia de covid-19, “há coisas mais importantes do que viver”. Assim, todo o sacrifício se justifica diante da finalidade sem fim da acumulação de capital, que tem como fundamento a ampliação do domínio necrófilo do morto sobre o vivo.

Em pouco tempo, as mortes no Brasil se contariam às centenas de milhares, mas esta lógica permaneceria inabalável. Ao localizar no espaço produtivo contemporâneo o lócus fundamental do processo de barbarização da vida social, que faz da prática cotidiana um incessante ritual de imolação e de autoimolação, Viana (2013) compartilha aqui da percepção de Mario Pedrosa (*apud* Bernardo, 2014, p. 62) em *A Opção Imperialista*, quando este se pergunta: “Onde a liberdade individual é subjugada? No setor mais importante da vida moderna, no local do trabalho, na oficina, na fábrica, na empresa. Como é possível reinar aí a autocracia e a liberdade em outras partes?”. Dessa perspectiva, convém insistir, é preciso investigar as “novas modalidades assumidas pela disciplina do trabalho, na nova autoridade que as grandes empresas conquistaram em todas as facetas da vida social, nas novas redes de um poder sempre mutável e fluido” (Bernardo, 2018, p. 1371-1372).

Noutra chave teórica, Safatle (2019) também sustenta que “a verdadeira sujeição se constrói, principalmente, através da mobilização libidinal das estruturas disciplinares em circulação no universo do trabalho”. Como lembra Safatle, em condições modernas o trabalho não é decisivo apenas para o processo de valorização, mas constitui o mecanismo por excelência de “internalização da sujeição, do desejo mudo de submeter-se à disciplina e preservar a autoridade” (Safatle, 2019). Porém aqui há de se estabelecer uma diferenciação, de modo a apreender o que singulariza a contemporaneidade.

Historicamente, as draconianas exigências da acumulação de capital, e a incessante extração ampliada de mais-valia absoluta e relativa, que impõem o “despotismo da fábrica” e a subsunção do trabalho ao capital - seja na condição de trabalhador parcial submetido à divisão técnica do trabalho de base manufatureira, seja na condição de trabalhador-apêndice, o guardião do aparato técnico cujo trabalho foi



privado de conteúdo -, exigiram dos produtores diretos uma ferrenha reificação e enrijecimento subjetivo, que passava por assimilar as coerções externas como disposições internas. Nesse sentido, “toda satisfação libidinal que leve em conta o caráter fragmentário e polimórfico das pulsões” (Safatle, 2019) deveria produzir um sentimento patológico de culpa, que redundava de uma “demanda de amor e reconhecimento, direcionada a um outro fantasmático” (Safatle, 2019). Assim, “conforme meu trabalho a uma espécie de ritual obsessivo-compulsivo de autocontrole que só pode levar à formação de uma personalidade rígida e clivada” (Safatle, 2019).

Nesse contexto, a “polaridade conflitual permitido/proibido” e a gestão do sofrimento psíquico decorrente desse quadro repressivo - do “conflito entre as normas sociais vigentes e os desejos impedidos do sujeito” (Neves *et al.*, 2021, p. 147), condicionava os comportamentos individuais aos imperativos da produção capitalista (Safatle, 2021, p. 42). Tem-se aí o domínio do superego repressivo freudiano, da proibição moral e do império da Lei.

Ocorre que, como mencionado há pouco, a partir de meados do século XX as dinâmicas da luta de classes e da acumulação de capital, inextricavelmente ligadas, exigiram a introdução de novos elementos, sem suplantarem de todo o quadro ora descrito. De modo cada vez mais abrangente, as condutas passaram a submeter-se ao “crivo individual do desempenho, da performance, da força relativa à capacidade de sustentar demandas de satisfação irrestrita” (Safatle, 2021, p. 42), a partir da “polaridade possível/impossível”. Em substituição ao paradigma da neurose obsessiva, da “doença da proibição e da lei”, generaliza-se o paradigma da depressão, “a tragédia implorosa da insuficiência e da inibição” (Safatle, 2021, p. 42), “uma patologia da insuficiência e da disfuncionalidade da ação” (Safatle, 2021, p. 42). Ou seja, a interdição do gozo seria substituída pelo imperativo do gozo, que se tornaria assim o “motor das ações do sujeito em suas posições diante do poder” (Neves *et al.*, 2021, p. 165), impelido à incessante “autossuperação dos limites” (Neves *et al.*, 2021, p. 147). Com isso, “o neoliberalismo nos levou a sofrer de outra forma, procurando retirar de nosso sofrimento psíquico a consciência potencial da violência social” (Safatle, 2021, p. 44).



Essa tendência encontra um precedente e um fundamento material naquilo que Hebert Marcuse (1973, p. 49) identificou, no início da década de 1960, como a transfiguração da dominação em administração, em um contexto tecnificado em que “patrões e proprietários” se tornaram “burocratas numa máquina corporativa [...]”. A decepção e o ódio são privados de seu alvo específico, e o véu tecnológico esconde a reprodução da desigualdade e da escravização”.

Foi sobre esse solo que vicejaram as ideologias do empreendedorismo e do capital humano, fazendo com que os indivíduos fossem expurgados da própria percepção de sua condição alienada, que os permitia situar socialmente seu sofrimento. Cegos para a negatividade constitutiva dessa realidade, a eles resta atender duplamente aos atuais ditames do capital, na condição de força de trabalho, esfalfando-se em jornadas de trabalho cada vez mais intensas e alargadas sob a espada de Dâmoçles da concorrência desmedida; e, na condição de consumidor, atendendo ao que alhures designa por “trabalho de Sísifo do consumo” ou “das satisfações de suas pulsões”, respondendo a uma exigência inerente ao capital (Marx, 1993, p. 408). Com isso os antagonismos e as agruras inerentes à reprodução social tendem a não se expressar politicamente, mas apenas em nível psíquico ou somático.

Colonização subjetiva e totalitarismo do capital

Em meados da década de 1970, Pier Paolo Pasolini enxergava aí uma manifestação renovada dos fascismos. O consumismo, diz ele,

[...] não passa de uma forma totalitária – enquanto plenamente totalizante, alienante até o limite extremo da degradação antropológica, até o genocídio (Marx) – cuja permissividade, portanto é falsa: é a máscara da pior repressão jamais exercida pelo poder sobre a massa dos cidadãos (Pasolini, 2020, p. 158).

No ritual do consumo compulsivo e compulsório, reforça-se o fetichismo do capital e da mercadoria, a “única sacralidade possível” sob a égide do capital. Afinal, ao invés de olharmos para o mundo, constata Anders (2011, p. 310), “somos olhados pelas mercadorias e imagens publicitárias exibidas”, de modo que “representamos apenas



uma massa de milhões de voyeurs coagidos” (Anders, 2011, p. 310). É evidente que as raízes desse processo são profundas. Como recorda Guy Debord (2017, p. 42), ao identificar a secular tendência moderna de degeneração do ser (e do fazer) para o ter, e do ter para o parecer, no início do século XIX Feuerbach já caracterizava sua época como aquela que prefere “a imagem à coisa, a cópia ao original, a representação à realidade”.

Em suas primeiras incursões críticas no campo da economia política, Marx (2004, p. 81) constatara que “comer, beber e procriar etc., são também, é verdade, funções genuína[mente] humanas. Porém na abstração que as separa da esfera restante da atividade humana, e faz delas finalidades últimas e exclusivas, são [funções] animais”. Àquela altura, ainda se professava o credo absenteísta, de corte puritano ou laico. Mesmo quando o maníaco entesourador, cuja avareza lhe roubava a manteiga do pão, havia se metamorfoseado em fanático acumulador, para quem a ostentação tornara-se imperativo de sua posição social e lhe franqueava acesso ao sistema de crédito, compondo o que Marx designara “custos de representação”, em *O Capital* (Marx, 1996, t.2, p. 226), sua prédica aos seus trabalhadores era a da poupança e frugalidade. O seu canto da sereia ressoava à promessa de um futuro luminoso ou menos desesperador, mas sempre dentro da gramática da cobiça e da lógica da apropriação.

Ocorre que o incessante desenvolvimento tecnológico e organizacional, sob o aguilhão do processo de extração da mais-valia relativa, por um lado impunha a necessidade de realização de crescentes massas de mercadorias, e, por outro, pela tendência à redução do valor das mercadorias individuais, permitia um incremento na capacidade de consumo dos trabalhadores sem a necessidade de uma elevação do valor da força de trabalho. Reside aí a base sobre a qual se estabelece o imperativo ao consumo, por meio da sistemática produção de necessidades, que de resto logo se revelou um eficaz dispositivo conformista e legitimador da exploração capitalista.

O princípio da identidade, inerente à forma mercadoria, afirma-se na uniformidade cultural e comportamental, produzindo a referida degradação antropológica que horrorizara Pasolini. Nesse sentido, diferentemente do “velho fascismo”, discriminador, o novo fascismo “não distingue mais: não é humanisticamente



retórico, é americanamente pragmático. Seu propósito é a reorganização e a padronização brutalmente totalitária do mundo” (Pasolini, 2020, p. 83). Tal padronização teria produzido na Itália, entre os anos de 1961 e 1975, algo que o fascismo original não lograra: “um genocídio. Destruiu-se culturalmente uma população. Trata-se precisamente de um desses genocídios culturais que precederam os genocídios físicos de Hitler” (Pasolini *apud* Martins, 2021). Ao invés de “carnificinas e fuzilamentos em massa” (Pasolini, 1990, p. 109-110), seria empregada aqui dispositivos de “persuasão oculta”, de modo a promover uma “aculturação imposta astuciosamente pelas classes dominantes” (Pasolini, 1990, p. 112), no interior da qual os meios de comunicação de massa, e a televisão em particular, desempenharam um papel decisivo.

Assim, teriam sido impostos aos italianos alguns modelos de comportamento, dos quais Pasolini destaca três, aliás, ao que tudo indica, bastante atuais em tempos de bolhas narcísicas e busca compulsiva por *likes* em plataformas sociais. O primeiro é o do “hedonismo interclassista” que é inconscientemente imposto pela publicidade, e que produz resultados “evidentemente dolorosos” para as camadas mais pauperizadas da população, pois a impossibilidade de realizar esses modelos cria “ansiedades e frustrações que o levam à beira da neurose” (Pasolini, 1990, p. 111). Outro modelo seria o da “afasia”: foi necessário extirpar a língua de sua “vitalidade maravilhosa”, de sua renovação constante, e substituí-la por uma “língua falsa, que desconhece dificuldades e resistência, como se tudo fosse facilmente falável”, ou simplesmente pela “perda da capacidade linguística” (Pasolini, 1990, p. 112). Por fim, haveria também o modelo designado como “falsa tolerância”; já que se tornou necessário forjar um “súdito” que “fosse antes de mais nada um consumidor”, foi preciso conceder a ele “certa permissividade no campo sexual” (Pasolini, 1990, p. 112)⁴.

Convém insistir nesse último ponto, e para tanto há de se evocar o conceito de *dessublimação repressiva* de Marcuse, e a constatação de que, “com a integração da

⁴ A conclusão de Pasolini (1990, p. 115) não poderia ser mais drástica: “quando vejo ao meu redor que os jovens estão perdendo os antigos valores populares e absorvendo os novos modelos impostos pelo capitalismo, correndo assim o risco de uma forma de desumanização, de uma forma de afasia atroz, de uma brutal ausência de capacidade crítica, de uma facciosa passividade, me lembro de que estas eram exatamente as características típicas da SS; e assim vejo se estender sobre nossas cidades a sombra horrenda da suástica”.



esfera da sexualidade ao campo dos negócios e dos divertimentos, a própria repressão é recalcada” (Marcuse, 1973, p. 73). Além de expandir as possibilidades de redução da sexualidade a um ramo da produção capitalista, Günther Anders (2011, p. 308) aponta aí duas conquistas do capital: por meio da mercantilização do sexo, a quebra do tabu da sexualidade tende a afirmar o tabu da propriedade, e “hoje a sexualidade é recomendada como receita antimoral e antipolítica [...]. A superação do tabu, que outrora – há muito tempo – havia sido revolucionária, converteu-se também em uma medida contrarrevolucionária”. Dessa forma, conclui ele, o mundo foi plenamente recoberto de nudez, a ponto de ter sido “rebaixado a suporte publicitário”, que apela fortemente para a excitação sexual (Anders, 2011, p. 308).

Esse quiproquó também é salientado por Safatle (2019), com base em proposições de Adorno, que identificara uma “pasteurização” do sexo como uma “variante do esporte”, ou, numa palavra, uma “dessexualização do próprio sexo”. Despido de sua “força disruptiva das pulsões parciais e de suas estruturas múltiplas e sem *telos*”, esse simulacro de sexo converter-se-ia em uma forma “de integração social e desativação de conflitos” (Safatle, 2019). O discurso não-repressivo em torno da sexualidade, “em circulação na retórica do consumo e na indústria cultural” a partir de meados do século passado, constituiria, na realidade, um “mecanismo de defesa contra o próprio sexual. Dessa forma, as bases motivacionais da recusa e da revolta poderão ser solapadas através da adaptação de sujeitos a uma vida mutilada” (Safatle, 2019). De modo mais amplo, argumenta Adorno (2008, p. 105), o “sujeito é forçado a se divertir de modo a se ajustar ou, pelo menos, de modo a transmitir aos outros a imagem de alguém ajustado, pois apenas as pessoas ajustadas são aceitas como normais e podem ter sucesso”. E assim, a dominação capitalista se institui como um verdadeiro sistema de gestão dos afetos e do sofrimento, de modo a condicionar comportamentos, disseminar o conformismo, e reduzir a existência aos estreitos limites da acumulação de capital (Safatle, 2021).

Mobilização pelo trabalho e banalização da injustiça social



Salta à vista que o sofrimento, a alienação, a insegurança e o adoecimento, potencializados pela intensificação e precarização do trabalho, e também pelo desemprego em massa, tendem a engendrar o medo, “principal combustível das tecnologias neoliberais de poder” (Arantes, 2011, p. 38). Assim, nota-se que a banalização da injustiça social, um saliente traço do neoliberalismo, teorizado por Dejours (2006, p. 119), não é um fenômeno desencadeado por “impulsos psicológicos”, mas sim “pela manipulação política da ameaça de precarização e exclusão social”. Se o neoliberalismo teve como marcos inaugurais a sanguinolenta ditadura chilena e o confronto que tanto Margareth Thatcher e Ronald Reagan travaram contra as organizações sindicais de seus respectivos países, não surpreende que tantos esforços foram envidados no sentido de atomizar os indivíduos e de romper com laços de solidariedade entre a população trabalhadora. Para tanto, a banalização da injustiça social, em suas múltiplas formas de manifestação, tornou-se um dispositivo estratégico.

Há tempos que o agenciamento de massas de colaboradores no *trabalho sujo* da acumulação capitalista se tornou condição *sine qua non* da reprodução social, que demanda assim uma espécie de engenharia social que produz e mobiliza “analfabetos emocionais” (Anders, 2001, p. 19), indiferentes à monstruosidade da moderna dinâmica de reprodução social, que não pode estancar. Um dos mecanismos empregados é o da hipereposição dos indivíduos a esse fundo monstruoso: conforme constatara Günther Anders (2011, p. 307), depois de Auschwitz e de Hiroshima, resultantes do desenvolvimento de técnicas de “assassinato em massa indireto”, e por meio da exposição a “cenas de tortura e assassinato, fornecidas em massa em casa pelos meios de comunicação de massa, o tabu do horror diante da violência foi eliminado”. Também hoje se busca promover “a anulação, através do choque, da própria possibilidade do choque” (Viana, 2013, p. 13), o que de resto exerce um importante efeito contrainsurgente. Assim, indivíduos ameaçados pela indigência e pelo desamparo lançam um “grito desesperado por trabalho”, acolhendo a exploração diante “da perspectiva do descarte” (Viana, 2013, p. 50-51), ainda mais apavorante.

Antes de tudo, o mal “se rerepresentaria hoje como um sistema de gestão, como um princípio organizacional” que vigora nas instituições empresariais e estatais,



convertidos em “centros difusores de uma nova violência” (Arantes, 2011, p. 32). Em meio ao imperativo da concorrência generalizada, introjetado nos indivíduos, tal sistema de gestão demandaria deles um intenso engajamento, reduzidos à condição de colaboradores na execução do trabalho sujo da exploração e da dominação social (Arantes, 2011, p. 33).

Longe de se reduzir a mecanismos de coerção externos, objetivados numa estrutura hierárquica de organização do trabalho baseada na clivagem entre gestão e execução, e entre trabalho manual e intelectual, que seria característica da produção sob bases *fordistas*, as atuais dinâmicas produtivas – *toyotistas* - exigiriam “uma paradoxal coordenação e cooperação de inteligências e subjetividades singulares” (Arantes, 2011, p. 34). Uma intensa mobilização subjetiva, enfim, inclusive para romper com as normas e quebrar as disciplinas, quando necessário. Com isso, a dinâmica de gestão tende a erodir e a se autonomizar em relação às estruturas jurídico-normativas estabelecidas, de tal modo que ocorre uma retroalimentação entre zelo e estado de exceção permanente (Arantes, 2011, p. 58).

Outrora, essa sinistra confluência entre submissão, conformismo e iniciativa individual encontrava-se sintetizada no *Führerprinzip*, que não apenas afirmava a onipotência da liderança e o culto à hierarquia, como também instaurava uma espécie de imperativo categórico a ser seguido por cada membro do partido e cada cidadão do Reich: haja sempre de uma forma que contaria com a aprovação do Führer, ainda que isso implique burlar regras e ordens. Trata-se do “‘desejo do Führer’, dinâmico e sempre em movimento – e não suas ordens, expressão que poderia indicar uma autoridade fixa e circunscrita – que é a ‘lei suprema’ num Estado totalitário” (Viana, 2013, p. 63).

Poder-se-ia dizer que o *Führerprinzip* é atualizado como o imperativo de se “vestir a camisa da empresa” e agir sempre como um empreendedor de si mesmo, uma máquina valorizadora de seu próprio *capital humano*, termo que ao mesmo tempo expressa e positiva a reificação. E também aqui a linguagem é fartamente usada como instrumento de dominação social e de produção do mal banal, como se revela, por



exemplo, pela afirmação da *resiliência* como virtude cardinal⁵. Na novilíngua neoliberal, seu emprego indica que mesmo esmagados por condições aviltantes de trabalho, sucumbir ou desistir não é uma opção. Não obstante, sob tais condições, por mais abjeta que seja a atividade, seus executores podem extrair dela a satisfação do dever cumprido, e daí a importância de se exercer o mal sob a forma do trabalho. Afinal, “a violência, a injustiça, os sofrimentos infligidos a outrem só podem se colocar ao lado do bem se forem infligidos no contexto de uma imposição de trabalho ou de uma ‘missão’ que lhes sublima a significação” (Dejours, 2006, p. 100), permitindo aos executores “renunciar à consciência com a consciência limpa” (Anders, 2013). A própria violência se converte assim, num mecanismo de sublimação (Dejours, 2006, p. 99), e “o que antes cheirava a coisa imunda e manuseada por seres execráveis e massacráveis é puxado agora do lodaçal para a altura sublime do ato heroico” (Arantes, 2011, p. 44).

Conforme mencionado, o processo de banalização da injustiça social tornou-se particularmente visível nas condições extremas da indústria do extermínio e da guerra atômica. “Os empregados nas fábricas de morte de Hitler”, constata Anders (2013), “não faziam, por assim dizer, ‘nada’, pensavam não ter feito nada, porque não faziam ‘nada a não ser trabalhar’”. Um trabalho revestido de uma inquebrantável “neutralidade moral”, já que ao trabalhador é vetada a reflexão acerca das finalidades de sua ação, bem como a representação de suas consequências por ela produzidas, o que o blinda de qualquer senso de responsabilidade. E como tal ação constitui um pequeno elo dentro de um complexo mecanismo automático, cujos efeitos comumente se encontram apartados no tempo e no espaço - “o cenário do ato e o cenário do sofrimento não mais coincidem”, o conjunto do processo afigura-se ao executor como mero desencadeamento, tornando-se opaco à sua compreensão.

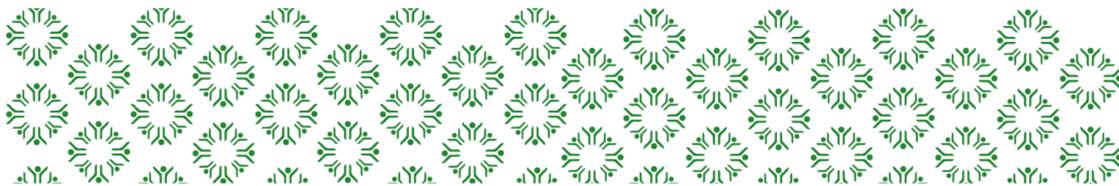
⁵ Em sua acepção contemporânea, a resiliência combina significados derivados da física (a capacidade do material de retornar a um estado anterior), da psicologia (a capacidade de um indivíduo retornar ao normal após um evento traumático), da ecologia (a capacidade dos sistemas de continuar funcionando e se renovar após um evento disruptivo), e da informática (a capacidade de um sistema continuar funcionando apesar de anomalias e falhas de projeto). O significado central é a capacidade de um sistema de retornar a um estado anterior, de se recuperar de um choque ou de se recompor após uma crise ou trauma.



Convém insistir que a despeito de sua dimensão impessoal, a operação desse imenso sistema de dominação social, sob auspícios do sujeito automático, exige das personificações do capital atitudes que articulam as mais extremas paixões sádicas com uma tétrica indiferença. Atitudes essas que oscilam de acordo com a posição mais ou menos subalterna que se ocupa na estrutura social. Para compreendê-lo, entre outras coisas Dejours (2006, p. 115) mobilizou a categoria da normapatia, caracterizada por uma sobreidentificação ou sobreadaptação ao existente, imune tanto à culpa quanto à empatia, insensível ante o sofrimento alheio, e cego acerca das injustiças e de seus condicionantes sociais. Com a difusão das ideologias do empreendedorismo e do capital humano, bem como do princípio de que “não há alternativas” e de que não se pode nem vislumbrar a construção de outros tipos de sociabilidade, em suma, essa sobreidentificação reificante com o capital, que assola inclusive parte importante da população trabalhadora, parece elevar a normapatia a um patamar inaudito.

O normopata agarra-se, portanto, ao conformismo como tábua de salvação, à custa do enrijecimento e do esvaziamento subjetivo. Os normopatas tenderiam a estabelecer ainda uma clivagem estrita entre o *mundo distal*, habitado por uma alteridade radical cujo destino lhe é indiferente, e o *mundo proximal*, um mundo moral que ele reconhece como seu e em que se aplica subjetivamente, o qual “se reduz ao mundo psíquico e relacional rigorosamente egocêntrico” (Dejours, 2006, p. 115). Alheios à negatividade que constitui o existente, eles ignorariam o incontornável fato de que não apenas a reprodução social em termos materiais e espirituais se dá numa escala propriamente mundial, mas também os dilemas que desafiam a humanidade são onibrangentes, o que faz colapsar quaisquer fundamentos objetivos da clivagem entre um *mundo proximal* ou *distal*.

Em suma, sofrimento, indiferença, desumanização, ódio e crueldade podem muito bem se retroalimentar, e sobre certas circunstâncias o solo da normopatia pode se revelar fértil para a expansão do círculo dos perversos e paranoicos. Os mantras antisemitas repetidos pela cúpula nazista não estavam em um registro burocrático e desertizado. Da mesma forma, a afirmação “fanática” do dever e do culto à liderança, a racionalização do extermínio em moldes artesanais ou manufactureiros, nada disso

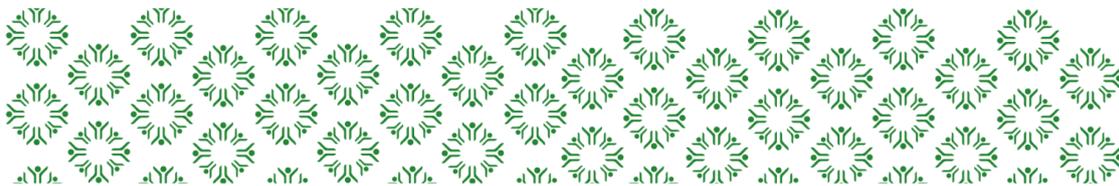


excluía a afirmação perversa do mal. Até porque, se a negação do Outro ao ponto da indiferença implica numa atroz negação de si e achatamento da existência, não se pode ignorar o que isso acarreta ao indivíduo de dor, medo e frustração, que tendem a alimentar a agressividade e o ódio. É aqui que o trabalho sujo da acumulação pode se encontrar com o trabalho sujo da contrarrevolução permanente, e a servir de combustível para o espírito cruzadista que move as forças políticas de extrema-direita pelo mundo afora.

Considerações finais

Na contramão dessa tendência, dilatar o horizonte espacial e temporal da reflexão e da ação crítica tornou-se um imperativo de sobrevivência da humanidade, já que, na contundente formulação de Günther Anders (2013), “as nuvens radioativas não se importam com marcos, fronteiras nacionais ou cortinas”, de tal modo que as “distâncias estão abolidas” e que “hoje somos todos *proximi*”. Da mesma forma, argumenta ainda Anders (2013), “ao pôr fogo em nossa casa, não podemos evitar que as chamas atinjam as cidades do futuro”, donde, conclui o autor, “o futuro pertence ao âmbito de nosso presente”, e “a distinção entre as gerações de hoje e de amanhã perdeu o sentido”, o que vale igualmente para as gerações pretéritas. Afinal, caso não se logre evitar o “fim dos tempos” em decorrência de uma hecatombe nuclear - ou ambiental, é imperioso enfatizar -, as gerações de ontem pereceriam uma segunda vez, e “tudo seria como se eles nunca tivessem existido” (Anders, 2013). E mesmo antes do Projeto Manhattan, convém recordar, já se percebera que “também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (Benjamin, 1996, p. 224-225).

Essa percepção ganha particular urgência em um contexto marcado pelo pulular de conflitos bélicos, pelas drásticas mudanças climáticas, por crises econômicas recorrentes, tudo isso expressão do movimento desmedido do capital. Resta evidente que tudo o que o capitalismo tem a oferecer é espoliação da população trabalhadora e da natureza, é a desigualdade, a miséria, as catástrofes econômicas, sociais e



ambientais, a intolerância, e toda sorte de violência. Diante dessa constatação, vêm à luz a necessidade de romper com o negacionismo ou com a aceitação cínica ou fatalista dessa deriva suicida a que o movimento desmedido do capital conduziu a humanidade. Por mais desafiador que se afigure, recusar o conformismo e a cumplicidade, e assumir a responsabilidade coletiva na construção de outras sociabilidades, tornou-se uma questão de vida ou morte.

Referências bibliográficas

ADORNO, T. *As estrelas descem à terra*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

ADORNO, T. *Minima moralia*. Lisboa: Edições 70, 1993.

ANDERS, G. *La obsolescencia del hombre: sobre la destrucción de la vida en la época de la tercera revolución industrial*. Valência: Pré-Textos, 2011. v. 3.

ANDERS, G. *Nosotros los hijos de Eichmann*. Buenos Aires: Paidós, 2001.

ANDERS, G. Teses para a era atômica. *Sopro*, Florianópolis, n. 87, abr. 2013. Disponível em: http://culturaebarbarie.org/sopro/outros/anders.html#.XyWskOdv_IU. Acesso em: 10 maio 2023.

ARANTES, P. E. Sale boulot, uma janela para o maior trabalho sujo da história. *Tempo Social*, São Paulo, v. 23, p. 31-60, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702011000100003>.

BENJAMIN, W. *A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica*. Porto Alegre: L&PM, 2017.

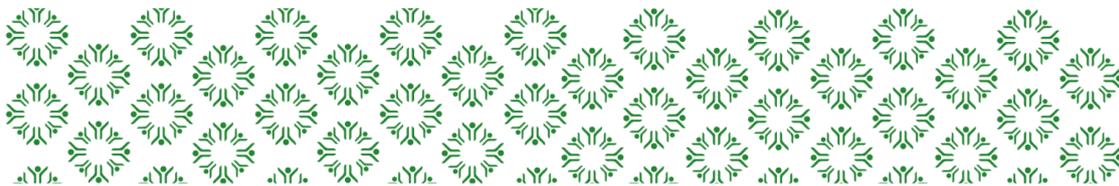
BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERNARDO, J. A complexa arquitetura da futilidade. In: TAVARES, R. H.; GOMES, S. S. (org.). *Sociedade, educação e redes: desafios à formação crítica*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2014. p. 57-77.

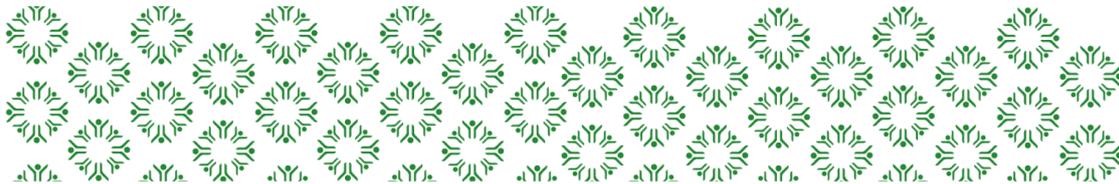
BERNARDO, J. *Labirintos do fascismo: teia dos fascismos*. São Paulo: Hedra, 2018.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DEBORD, G. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. In: DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.



- DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- JAPPE, A. *A sociedade autofágica: capitalismo, desmesura e autodestruição*. Lisboa: Antígona, 2019.
- LASCH, C. *O mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MARTINS, L. R. A era dos genocídios. *A Terra é Redonda*, [s.l.], 2021. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/a-era-dos-genocidios/?doing_wp_cron=1633035063.4299330711364746093750. Acesso em: 6 jun. 2023.
- MARX, K. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. London; New York: Penguin Books; New Left Review, 1993.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. T. 1-2.
- MELLO, G. M. C.; NAKATANI, P. *Introdução à crítica da financeirização*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- NEVES, A.; ISMERIM, A.; BRITO, B.; COSTA, F. D.; SANTOS, L. R. P.; SENHORINI, M.; SILVA JUNIOR, N.; BEER, P. A. C.; BAZZO, R. GONSALVES, R. L. C.; COELHO, S. P.; CARNIZELO, V. C. R. A psiquiatria sob o neoliberalismo: da clínica dos transtornos ao aprimoramento de si. In: SAFATLE, V.; SILVA JÚNIOR, N.; DUNKER, C. *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- PASOLINI, P. P. *Escritos corsários*. São Paulo: Editora 34, 2020.
- PASOLINI, P. P. *Os jovens infelizes*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SAFATLE, V. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, V.; SILVA JÚNIOR, N.; DUNKER, C. *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- SAFATLE, V. *Dar corpo ao impossível: o sentido da dialética a partir de Theodor Adorno*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- VIANA, S. Acabou!. *Argumentum*, Vitória, v. 11, n. 2, p. 17-30, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18315/argumentum.v11i2.27108>



VIANA, S. Jaula de vidro. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 60, p. 91-109, 2015. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i60p91-109>

VIANA, S. *Rituais de sofrimento*. São Paulo: Boitempo, 2013.

Recebido em: 29/09/2023

Aceito em: 26/03/2024